

Senhor Secretário Geral do SIRP, Dr. Júlio Pereira,  
Senhor Presidente do Conselho de Fiscalização do SIRP,  
Professor Paulo Mota Pinto,  
Senhores Membros do Conselho de Fiscalização,  
Senhores Dirigentes dos Serviços de Informações,  
Restantes Entidades Convidadas,  
Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República,  
Senhores Presidentes dos Grupos Parlamentares,  
Senhores Presidentes das Comissões Parlamentares aqui  
presentes,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Vivemos hoje um novo quadro de ameaças e desafios à  
segurança nacional e à segurança europeia.

Estamos confrontados com grandes desafios históricos: das  
alterações climáticas à crise migratória, da zona euro ao  
terrorismo, do envelhecimento demográfico ao

desemprego, da instabilidade nas fronteiras mediterrânicas à instabilidade a leste...

A resposta dos Estados passa pela cooperação internacional e assenta em instrumentos sólidos.

Entre esses instrumentos estão a Diplomacia, as Forças Armadas, as Forças de Segurança, e, naturalmente, os Serviços de Informações.

Nenhum Estado, nenhum regime garante a sua segurança sem bons serviços de informações.

Podemos é ter serviços de informações democráticos ou não democráticos, escrutinados e transparentes ou não escrutinados e não transparentes.

Portugal tem hoje serviços de informações profissionais, escrutináveis e empenhados numa nova cultura democrática de informações.

Aprendemos à nossa custa, nos anos 80, os efeitos para a segurança do país da ausência de um sistema de informações civil, coerente e profissionalizado.

Os estigmas do passado têm uma razão de ser. Mas que sirvam hoje para uma nova exigência de escrutínio

democrático e não mais como fator de imobilismo ou ineficácia nas respostas às ameaças.

Em democracia, as informações são escrutinadas pelos parlamentos e limitadas pela lei e pelos princípios do Estado de direito.

Porque as informações, ao mesmo tempo que zelam pela nossa segurança, devem respeitar direitos, liberdades e garantias.

Nesta dimensão, absolutamente central para termos uma democracia de qualidade, o Conselho de Fiscalização do SIRP ocupa um lugar cimeiro.

Este modelo de fiscalização tem-se pautado por um equilíbrio satisfatório entre dois valores fundamentais: por um lado, preservar a operacionalidade da informação classificada dos serviços de informação – aspeto chave em qualquer Estado de direito – e, por outro, o respeito pelos limites legais e a garantia do controlo público e democrático desses serviços.

Para este efeito, a Lei atribuiu-lhe competências muito específicas e muito concretas no acompanhamento da atividade do Secretário geral e dos serviços.

O Conselho recebe regularmente informação dos serviços e pode solicitar elementos constantes do centro de dados. Pode realizar visitas de inspeção. Emite pareceres e pode propor ao Governo ações inspetivas. Compete-lhe igualmente informar anualmente a Assembleia da República sobre as atividades dos serviços de informação.

São direitos da democracia mas são também grandes responsabilidades.

Tomam hoje posse dois novos membros do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, eleitos pela Assembleia da República, em substituição do Dr. João Soares e do Dr. José António Branco a quem muito agradeço os serviços prestados.

Tomam hoje posse dois cidadãos que conheço bem. Os deputados Filipe Neto Brandão e António Rodrigues.

Pelo seu sentido de Estado, pela sua sensibilidade às questões da segurança e da defesa nacional, pela sua cultura democrática, saberão certamente estar à altura desta enorme responsabilidade, prestigiando o cargo e o papel do Conselho, e qualificando através da fiscalização das informações, a própria democracia portuguesa.